

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



A CULTURA DA NOBREZA

VOLUME 19, 1998

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O GRAND TOUR DE UM PRÍNCIPE DO SÉCULO XIX As viagens de D. Pedro V à Europa em 1854 e 1855

Reinventar o Grand Tour

Em 1854 e 1855, o jovem príncipe D. Pedro V realiza duas viagens à Europa. Entre 28 de Maio e 17 de Setembro de 1854, desloca-se a Inglaterra, Bélgica, Holanda, Prússia e Áustria. Uns meses depois, volta a partir numa segunda viagem que o levaria com destino a França, Itália, Suíça, Bélgica e Ilha de Wight, entre 30 de Maio de 1855 e 14 de Agosto do mesmo ano⁽¹⁾. Os diários das viagens à Europa do príncipe D. Pedro V revelam o exercício de um modelo cultural que, desde o século XVIII, marcara grande parte da nobreza Europeia: o *Grand Tour*⁽²⁾. Aquela que em séculos anteriores era a

* Bolseira da J.N.I.C.T.. Tem em preparação uma tese de doutoramento no Goldsmiths College, Universidade de Londres, subordinada ao tema: "The Grand Tour of a 19th century prince: travels, classifications, displays".

0 *El-Rei D. Pedro Quinto no Estrangeiro, em 1854 e 1855. Participações e alloções das principais cortes da Europa, durante as suas duas viagens com o senhor Infante Duque do Porto*, Porto, Tipografia de F. G. da Fonseca, 1855.

(2) Pedro V, *Escritos de El-Rei D. Pedro V colligidos e publicados pela Academia das Ciências de Lisboa*, 5 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924; Ruben Andresen Leitão, ed., *Diário de Viagem de D. Pedro V a Inglaterra em 1854*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, XVII, 2^{as.}, n^o 3, Lisboa, 1950; *Idem*, ed., *Diário de Viagem a França Del-Rei Dom Pedro V (1855)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1970.

viagem ideal de qualquer artista ou homem de letras que quisesse conhecer as origens do seu ofício tornara-se, no século XVIII, um complemento educacional indispensável para a jovem elite europeia, sobretudo a inglesa. À partida, os viajantes levavam consigo uma imagem algo vaga de Itália, o principal destino dos turistas de Setecentos: aos textos latinos, à ópera, aos cenários shakespearianos e, sobretudo, aos relatos de viagens anteriores acrescentavam-se as representações pictóricas de ruínas clássicas e cenários idílicos, presentes em algumas colecções aristocráticas. A viagem significava a concretização das expectativas, a verificação dos ideais que durante os séculos anteriores se tinham formado em relação à Itália. Aquilo que uma educação privilegiada tornara conhecido sobretudo através do texto, adquiriria agora a sua visibilidade. Cultura textual e visual eram indissociáveis⁽³⁾.

Uma das principais formas que os viajantes tinham para provar a sua passagem por terras estrangeiras consistia em posar para um dos muitos pintores que escolhiam a Itália para praticar o seu ofício. Pompeo Batoni era o mais requisitado pelos aristocratas. Posar para o seu pincel tomara-se num ritual quase tão obrigatório como visitar as ruínas do Coliseu. E nada nos diz tanto sobre o gosto e as preferências dos protagonistas do *Grand Tour* como a artificialidade dos fundos de paisagem que enquadram os retratados. Com uma mão apoiada sobre uma coluna romana em ruínas, no interior de uma galeria escultórica, ou com uma janela aberta sobre o Coliseu, é sempre acompanhados dos símbolos da Roma imperial que os viajantes escolhem ficar para a posteridade. E, se os nomes de Rafael e Miguel Ângelo eram admirados e reconhecidos, o fascínio pela Itália passava sobretudo por um passado mais longínquo onde se encontrava a magnificência da Antiguidade.

A glória do passado clássico estava sobretudo patente na cidade

⁽³⁾ Jeremy Black, *The British Abroad. The Grand Tour in the Eighteenth Century*, Nova Iorque, St. Martin's Press, 1992; Attilio Brilli, *Il Viaggio in Italia: Storia di una grande tradizione culturale dal XVI al XIX secolo*, Milão, Silvana Editoriale, 1987; *Grand Tour. The Lure of Italy in the Eighteenth Century*. Eds. Andrew Wilton and Ilaria Bignamini, Londres, Tate Gallery Publishing, 1996; Eric J. Leed, *The Mind of the Traveller. From Gilgamesh to Global Tourism*, Nova Iorque, Basic Books, 1991; Cesar De Seta, *L'Italia del Grand Tour. Da Montaigne a Goethe*, Nápoles, Electa Napoli, 1992; Christopher Hibbert, *The Grand Tour*, Londres, Thames Methuen, 1987.

de Roma. A grandiosidade que lhe era conferida, enquanto centro político, religioso e artístico tomaram-na no lugar mais procurado dos turistas de Setecentos. Era aqui que os viajantes passavam a maior parte do tempo de um itinerário que costumava durar vários meses, ou mesmo vários anos. Aqui, concentravam-se os maiores aglomerados de ruínas romanas e também as melhores colecções públicas e privadas de escultura clássica. Mas o fascínio da cidade passava igualmente pelo esplendor das cerimónias papais onde participavam também muitos protestantes, não como devotos mas como viajantes curiosos no acto de observar o "outro". No entanto, a cidade mais identificada com as festividades e acontecimentos públicos era Veneza. A cidade mercantil já não vivia os seus momentos de glória, mas preservava ainda a grandiosidade que lhe dera fama, e é assim que Canaletto a representa nos inúmeros quadros que lhe foram encomendados por viajantes. Talvez só Piranesi tenha contribuído tanto como Canaletto para a identificação das cidades italianas e dos seus diversos objectos de interesse. Produzidas em grandes quantidades, estas gravuras vulgarizaram-se numa Europa interessada no enciclopedismo iluminista e constituíram o mais popular *souvenir* do *Grand Tour* italiano.

As outras cidades obrigatórias neste percurso eram Florença e Nápoles. O Vesúvio e a revelação progressiva da cidade soterrada de Pompeia eram os principais motivos da visita à região napolitana, e marcavam uma fronteira invisível que raramente era ultrapassada pelos viajantes. Em Florença, a principal atracção era a colecção de antiguidades e pintura dos Medici. Mas admirar as antiguidades que abundavam na península italiana não era suficiente para a maioria dos viajantes. Havia que possuir aqueles fragmentos de um passado que ainda estava, em grande parte, enterrado e por descobrir. Procederam-se a escavações arqueológicas, onde os ingleses se tornaram nos principais agentes de um mercado artístico extremamente profícuo. E apesar da exportação de obras de arte se encontrar já legislada e do papado possuir o maior núcleo de escultura clássica, os rumores acerca do poder de compra ilimitado dos turistas levaram a um reforço das medidas de protecção ao património. A ameaça do estrangeiro levou à expansão dos museus já existentes, investidos do poder de decidir aquilo que devia ficar em Roma e aquilo que podia ir enriquecer as colecções de outros países. Claro que estas regras foram subvertidas por circuitos paralelos, onde a exportação ilegal de peças convivia com um mercado de cópias e

falsificações. Esta procura do *souvenir*, da recordação e prova de uma experiência que só era privilégio de alguns, contribuía para a formação das colecções que mais tarde viriam dar origem a alguns museus.

O *Grand Tour* teve enormes repercussões nas concepções de viagem, nas experiências de turismo e nas indústrias culturais nascentes. Mas o seu contributo essencial terá de ser visto sobretudo em função dos processos de colecionismo que estiveram na base de muitos dos principais museus europeus. As peças reunidas no século XVIII, por colecionadores privados, enriqueceram no século XIX muitos museus públicos de âmbito universal. E os rumores do saque estrangeiro só se concretizaram quando as invasões napoleónicas de 1796 vieram pôr um ponto final à forma que o *Grand Tour* tomara ao longo do Século das Luzes. De facto, em Oitocentos, a ideia de *Grand Tour* diversifica-se substancialmente e as suas características tomam-se mais difíceis de identificar. Tal como sucedera com outros fenómenos, também este século assistiu à "democratização" da viagem. O número de viajantes é agora muito maior, e a ideia de turismo organizado toma forma sob a iniciativa da Agência de Thomas Cook, que a partir de 1855 (devido à Exposição Universal de Paris) começa a organizar excursões de grupos a países estrangeiros. O leque de destinos escolhidos pelos viajantes também se alarga, dando lugar a tipos de viagens muito diferenciadas entre si. E neste contexto que se situam as viagens de D. Pedro V à Europa em meados de Oitocentos. Das permanências, como sejam o seu estatuto de príncipe ou o carácter educativo da sua viagem, até às transformações, nos destinos escolhidos e nos principais objectos de interesse, o seu *Grand Tour* prolonga certos hábitos culturais ao mesmo tempo que desafia o sentido de tradições ou processos estruturais.

Ao comparar este *Grand Tour* do século XIX com o seu equivalente no século XVIII, pretendo demonstrar que a transformação mais relevante é aquela que atribui a primazia a uma ideia de futuro. De facto, enquanto no século XVIII a Itália preenchia todos os requisitos daqueles viajantes em busca da experiência de um passado glorioso, D. Pedro dedica a maior parte do seu percurso àqueles países onde o "futuro" é já visível. Outro assunto diz respeito a questões de identidade suscitadas pelas características do próprio viajante: apesar do seu estatuto de príncipe, ele pertence a um país fundamentalmente associado a uma ideia de passado, que não encontra um lugar preponderante nos novos equilíbrios de poder, agora determinados por critérios industriais. Aquilo que D. Pedro

procura nos países que visita são sobretudo aquelas instituições, desconhecidas no Portugal de onde partira por alguns meses, em que o visível se traduzia em narrativas de evolução, progresso e desenvolvimento. Nestas novas instituições de carácter público, o viajante encontra a possibilidade de experimentar muitos espaços e muitos tempos exibidos num só espaço e num só tempo. Numa viagem onde a instrução geral era o maior objectivo, museus, exposições universais, instituições militares e exposições temporárias convertem-se nos lugares privilegiados das cidades europeias por onde passa. São estes os lugares que permitem a D. Pedro apreender os muitos mundos do mundo sem ter que os percorrer geograficamente. Em cidades como Londres ou Paris, sítios onde o príncipe passa a maior parte do seu percurso de viagem, a possibilidade de ver exibidos objectos provenientes de todas as partes do mundo constitui mais uma das provas de progresso. Com o seu olhar escrutinador, o viajante procura apreender aquilo que poderia usar em Portugal aquando da sua subida ao trono. Após uma educação de cariz teórico, a viagem possibilitava a formação que só a experiência podia fornecer. A prática da visão converte-se na fonte de uma instrução, que longe de substituir o conhecimento teórico, se apresenta como um complemento do mesmo.

E esta procura de progresso e de um futuro já visível em alguns países europeus que motiva as escolhas de D. Pedro no seu *Grand Tour* em meados de Oitocentos. Ele não valoriza a possibilidade de observar os objectos *in situ*, tal como sucedera com os viajantes na Itália do século XVIII, mas sim a possibilidade de os ver exibidos e tornados inteligíveis através de novos instrumentos de progresso. Os museus constituíam um destes instrumentos, considerados pelo príncipe como pertencentes à mesma ideologia que promovia o desenvolvimento industrial ou a educação das classes trabalhadoras. Enquanto parte do mesmo projecto, os museus tinham uma utilidade muito contemporânea: os "passados" que exibiam eram uma fonte para o desenvolvimento futuro das nações. Tal como os museus, as exposições universais, recentemente concebidas, também contribuíam para a construção de um progresso que se queria visível. A Exposição Universal de Paris, em 1855, foi um dos principais motivos da segunda viagem ao estrangeiro de D. Pedro. Essas "causas de uma delirante excitação no século XIX"⁽⁴⁾, para utilizar a expressão de Flaubert

(4) Gustave Flaubert, *Bouvard et Pécuchet*, Paris, Gamier-Flammarion, 1966, p. 351.

acerca das exposições universais, são os microcosmos onde todas as nações são avaliadas segundo a cultura material que apresentam. Formam parte de uma mesma tendência para analisar o mundo e controlar o seu conhecimento sob a forma de uma enciclopédia global. Contudo, esta ordenação do mundo pode provocar no observador um olhar confuso e desordenado. Mas, apesar da desordem presente em alguns espaços de exposição descritos por D. Pedro V nos seus diários, ele considera-os de extrema utilidade para a instrução. O príncipe participa da ideia, muito corrente na altura, de associação entre educação e civilização, e ao fazê-lo encontra, nestes espaços de exibição, poderosos instrumentos para obter esses fins.

2. A escrita dos diários e as práticas de leitura

Escritos enquanto uma forma de preservar todas as imagens, experiências e memórias das viagens, sobretudo a Londres (1854) e a Paris (1855), os diários de D. Pedro V são verdadeiros "panoramas" do século XIX. Neles encontramos uma fonte única para discutir alguns dos mais relevantes aspectos culturais da Europa do século passado. Não só permitem "ver" a Europa sob o olhar de um português, e portanto suscitar questões acerca das representações de Portugal no exterior e no interior, como também possibilitam a discussão sobre ideias de progresso, civilização, visão e formas de classificação e de exibição. Ao analisar a própria natureza dos diários de viagem escritos por D. Pedro, é possível desvendar os seus muitos níveis de discurso. Neles, é óbvia a presença de alguns dos instrumentos que acompanhavam qualquer viajante na Europa do século XIX: guias de cidades e de museus, e catálogos de colecções. Estas "enciclopédias portáteis", tão divulgadas na altura, convertem-se em elementos essenciais na construção dos diários, que são eles próprios uma enciclopédia pessoal. Viajar significava sempre uma acumulação, que por vezes nem o próprio viajante era capaz de gerir. Neste processo, os diários de viagem surgem como o lugar onde o fluxo de informações e sentimentos, por vezes confusos, encontram uma ordem que só a escrita da memória lhes confere. E, se é verdade que esta tradição já era familiar aos viajantes renascentistas, é no

século XIX que a sua individualidade se assume e a sua forma se diversifica⁽⁵⁾.

A "enciclopédia" do século XIX tem muitas formas de organizar o mundo. Ao viajar, D. Pedro está também a construir a sua própria enciclopédia do mundo. Os seus diários asseguram que esta acumulação de vistas, lugares, nomes e objectos não se perca na memória. Ao inspeccionar o mundo através dos novos instrumentos de progresso e modernidade, o príncipe está ele próprio a construir e a participar desta modernidade. Mas será que ao apreender o mundo através destes instrumentos disciplinadores, ele se está a sujeitar à ordem por eles imposta? Nem sempre. Por vezes o seu olhar de viajante subverte a ordem que lhe é exibida, e uma história com princípio, meio e fim pode tomar-se numa história ilegível. As escolhas e perspectivas do observador podem transgredir as narrativas daqueles que organizam os espaços e fornecem o discurso, e muitas vezes o príncipe acaba por negar a ordem que ele tanto admirava. Nos muitos espaços das cidades existem coexistências e contradições entre conceitos de ordem e desordem, fragmento ou totalidade. Quando a quantidade e diversidade de objectos exibidos num mesmo espaço se tornam excessivas para o visitante, as novas tecnologias da modernidade falham precisamente naquilo que mais querem evitar. Muitas vezes D. Pedro refere-se à extrema sensação de desordem que lhe era fornecida por estes espaços. As suas narrativas estavam sujeitas ao olhar do viajante que enquanto observador, tinha muitas formas de olhar e analisar o mundo.

Ao transformar as suas experiências de viagem em palavras escritas e, portanto, ao ordená-las, o príncipe sentiu algumas dificuldades. O diário da sua viagem a Inglaterra em 1854 tem a peculiaridade de ser um diário de um diário⁽⁶⁾. De facto, D. Pedro V ofereceu o seu relato de viagem àquele que fora o seu principal anfitrião no estrangeiro — o príncipe Alberto de Inglaterra. Foi esta

(5) James Clifford, *Routes. Travel and Translation in the late Twentieth Century*, Cambridge and London, Harvard University Press, 1997; Dennis Porter, *Haunted Journeys. Desire and Transgression in European Travel Writing*, Princeton, Princeton University Press, 1991; Caren Kaplan, *Questions of Travel. Postmodern Discourses of Displacement*, Durham and London, Duke University Press, 1996.

(6) Ruben Andresen Leitão, ed., *Diário da Viagem de D. Pedro V a Inglaterra em 1854*, cit.

uma das formas escolhidas para lhe agradecer as gentilezas que o monarca britânico tivera para com ele aquando da sua estadia no Buckingham Palace, mas também uma das formas de dar continuidade a uma amizade que era do interesse de ambos. Aqui, D. Pedro está a obedecer a uma das recomendações feitas por Francis Bacon no seu tratado, *Of travel*: "Quando um viajante voltar para casa, fazei com que ele não abandone completamente atrás de si, os países por onde passou, mas que ele mantenha correspondência através de cartas com aqueles do seu conhecimento que valham mais a pena"⁽⁷⁾. Baseado no jornal de viagem que o acompanhara diariamente no seu percurso⁽⁸⁾, esta segunda versão, foi especialmente dedicada ao marido da Rainha Vitória de Inglaterra. Estes diários, que D. Pedro descreve como "uma conversa entre amigos separados"⁽⁹⁾, fazem-nos questionar a legitimidade em usar a palavra diário para os descrever. Apesar da dificuldade em estabelecer definições, a característica que parece ser a mais comum num diário, é precisamente a data e a esfera privada que a sua intimidade implica. Embora o príncipe se refira a estes escritos como "diários" e muitas vezes lhe atribua um valor de intimidade e até secretismo, também reconhece a existência de um leitor além dele próprio. Esta conjugação entre a esfera privada e a pública, numa forma de escrita à qual se associa a privacidade, torna esta segunda versão do seu diário a Inglaterra num caso simultaneamente curioso e contraditório. Prova também a dificuldade em classificar este tipo de escrita com definições demasiado restritas.

Regressado a Portugal, D. Pedro acompanha os diários que dedica ao Príncipe Alberto com uma carta onde explica ao seu "Querido Tio" quais os procedimentos utilizados na escrita dos mesmos:

"In accordance with my promise I send you the first pages of the counterpart of Wilhelm Meister's Years of Education and Travel, which is the result of the work of the last two weeks. Such as it is, bad and good, in case there should be anything good in it, I sent it for you to see.

(7) Francis Bacon, *The Essays*, ed. John Pitcher, Harmondsworth, Penguin Books, 1985, p. 114.

(8) Pedro V, *Escritos de El-Rei D. Pedro V colligidos e publicados pela Academia das Ciências de Lisboa*, cit..

(9) Ruben A. Leitão, ed., *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*, Portugália Editora, Fundação da Casa de Bragança, 1954, p. 72.

I have written these pages almost on the sly, otherwise someone might call me a pedant. If you wish to give me your opinion in writing you would do me a great favour if you would give it to Lavradio to send to the Viscount. And in your ordinary letters please don't say anything about the diary. It will be better to keep that for a special correspondence, because I tell you much that, though it is of no real importance, might give rise to unpleasant stories, which I want to avoid as much as possible"⁽¹⁰⁾.

Em primeiro lugar, o príncipe começa por identificar os seus diários de viagem com o *Wilhem Meister* de Goethe⁽ⁿ⁾, e ao fazê-lo está a reafirmar a componente educativa da sua viagem. Em segundo lugar, ao dizer que os seus escritos são o resultado do trabalho das "últimas semanas", reconhece o processo de reescrever um diário de viagem: não como uma tarefa diária, mas sim como a reconstrução de algo que já pertence ao passado, e volta a tomar-se presente com o apoio da memória, as notas tomadas diariamente e os guias e catálogos que o acompanharam. Em terceiro lugar, D. Pedro reconhece a passagem das suas experiências pessoais para uma esfera pública, não deixando porém de estabelecer quais os limites deste mesmo público. O príncipe escreve para um amigo, que também é um príncipe, e faz questão em marcar a diferença entre a partilha de uma escrita pessoal, e aquela que se insere na esfera política entre os dois países. Aqui, a correspondência em forma de carta surge como uma forma mais pública de comunicação, da qual os diários devem ser distinguidos. Assim, ao reconhecer um leitor distinto do autor, o diário sofre um processo de exteriorização, embora a sua protecção em relação a leitores indesejados continue a ser uma preocupação para o príncipe.

Na sua análise sobre relatos de viagem, Jeremy Black estabelece uma clara divisão entre aquela escrita que se destinava a publicação e aquela que apenas constituía uma versão pessoal para o autor e para um círculo restrito de familiares e amigos⁽¹²⁾. Aparentemente, D. Pedro insere-se nesta última divisão, no entanto, ao longo dos

⁽¹⁰⁾ *Diário de D. Pedro V. Viagem a Inglaterra em 1854*, p. 53.

⁽ⁿ⁾ Johann Wolfgang Goethe, *Wilhem Meister's Apprenticeship and travels*.

Tradução de Thomas Carlyle, Nova Iorque, Thomas Y. Crowell & Co, 1882.

⁽¹²⁾ Jeremy Black, *The British Abroad. The Grand Tour in the 18th century*, cit., p. XI.

seus diários sobre Inglaterra, são comuns as referências a um leitor anônimo, como se o príncipe Alberto não se tratasse do único destinatário da informação. Apesar da sua negação de "criar um livro para o público"⁽¹³⁾, é comum D. Pedro pedir desculpas a um "leitor" pelas enormes descrições de lugares como o British Museum. De qualquer forma, mesmo que o autor dos diários a Inglaterra apenas pense no príncipe Alberto como o seu leitor, seria natural que ele estivesse consciente da sua *publica personae* e no interesse que os escritos de um indivíduo na sua posição poderiam suscitar. Poderá ter sido esta noção da existência de potenciais leitores a causa do nível de intimidade desvendada nos seus diários que são simultaneamente privados e públicos.

Numa passagem do seu diário dedicada ao príncipe Alberto, onde descreve a visão algo caótica que lhe provocaram as Docas de Londres, D. Pedro faz uma pausa para expor o seu processo de escrita e as dificuldades encontradas ao pôr em ordem as memórias desordenadas da viagem:

"[...] On est ébloui de tout ce qu'on voit, et on ne peut réfléchir que longtemps après, parce qu'on est tout en confusion. C'est ce qui m'arriva lors de mon arrivée à Londres. Je receuillais des faits, je tachais de les ranger dans ma mémoire le mieux que je pouvais, je les consignais même dans mon journal, mais je sentais bien que ce que j'écrivais ne correspondait à ce que je sentais, sans savoir l'exprimer. Et encore cet essai, écrit quelques mois après mon voyage, guidé par la lecture de quelques livres qui m'ont aidé à traiter avec plus de connaissance de cause, quelques questions qui se présentent dans le cours de ce barbouillage, cet essai, dis-je, n'est encore qu'une reproduction fort imparfaite des idées vraies ou fausses, que j'ai conçues en parcourant tant d'objets différents. Peut-être en voyant tant d'objets avec les yeux du corps, ne les ai-je point bien vu des yeux de l'âme"⁽¹⁴⁾.

Neste excerto, D. Pedro descreve o tipo de olhar — um olhar desordenado — provocado pela viagem. O movimento contínuo através de diferentes espaços desconhecidos, num curto período de tempo, tornava difícil a concentração do olhar sobre os objectos. Tomava-se necessária a existência de um *aide mémoire* na forma de

(13) *Diário de D. Pedro V. Viagem a Inglaterra em 1854, cit., p. 90.*

(14) *Diário de D. Pedro V. Viagem a Inglaterra em 1854, cit., p. 63.*

um jornal diário e de outras fontes escritas que reproduzissem aquilo que era apreendido meramente pelos "olhos do corpo". Por vezes, o príncipe sente dificuldades em transpor os seus sentimentos para o papel, e reconhece as contradições que advêm da dificuldade de exprimir certas sensações. Estes sentimentos, provocados pela visão dos objectos, são algo que ele tem que organizar quando confrontado com a tarefa de reescrever o seu diário a Inglaterra vários meses após a própria viagem. O acto de ver converte-se muito rapidamente na memória do visto, onde apenas a memória não serve como garantia. D. Pedro sente a necessidade de recorrer a vários livros para reordenar as imagens visuais confusas que a viagem lhe providenciara. Assim, uma escrita pessoal e espontânea conjuga-se com a presença de um apoio bibliográfico que, devido ao seu cariz quasi-enciclopédico, entra em confronto com a intimidade do pensamento do príncipe. Estes dois aspectos algo contraditórios, entre o sistema da enciclopédia e a falta de um sistema na sua descrição de sentimentos pessoais, outorgam originalidade e unicidade a estes escritos de viagem.

A noção de que a viagem criava no observador novas formas de visualizar e perceber o mundo estava já presente em alguns tratados renascentistas. Com a percepção da jornada como um processo civilizador e educacional, surgiu a ideia de escrever todas as experiências e objectos observados pelo protagonista. Permitindo fossilizar um processo que se caracterizava sobretudo pelo seu movimento, o jornal de viagem tornou-se num dos objectos indispensáveis no trajecto. Por volta do século XVI, este método de observação racional e transcrição para um jornal foi denominado "apodémico", e só no século XVIII foi possível ao viajante libertar-se das suas estritas imposições de forma e significado. Só então pode o viajante explorar o seu próprio interior quando confrontado com a novidade do observado, em vez de se fixar apenas no mundo exterior⁽¹⁵⁾. Claro que estas transformações na forma dos relatos de viagem podem apenas servir de grandes linhas para uma forma que, devido à sua heterogeneidade, é muito mais difícil de caracterizar do que a maioria dos textos. Os escritos de viagem de D. Pedro V contém elementos das duas tendências. Neles se aliam descrições de natureza quasi-enciclopédica, com opiniões e crenças pessoais. Nos seus diários,

(15) Eric J. Leed, *The Mind of the Traveller. From Gilgamesh to Global Tourism*, cit., pp. 185-186.

a descrição "verdadeira" do mundo que era exigida nos tratados renascentistas não é incompatível com uma construção do eu através de sentimentos e ideias pessoais. O método renascentista de escrita apodémica recomendava que o viajante transportasse consigo dois diários: um para apontar os acontecimentos e experiências na sequência da sua ocorrência, e outro para organizar o conhecimento de um lugar ou região de uma forma enciclopédica⁽¹⁶⁾. O príncipe português combina as duas abordagens ao "real" experimentado na viagem numa versão final, onde poderia ser acrescentada uma forte componente pessoal em relação ao observado.

Em meados do século, Portugal não dispunha de visões tão "domesticadas" como aquelas que D. Pedro observava nos espaços de exibição estrangeiros. Os objectos permaneciam um grupo descontrolado de coisas, à espera de ser classificados e observados. Quase todos os objectos "exibíveis" continuavam ao cuidado de Igrejas, Universidades ou outras instituições educativas, sendo usados na instrução de um reduzido número de pessoas ou sujeitos a uma devoção religiosa. Isto não significa que não houvesse um conhecimento dos outros destinos a que estes objectos estavam sujeitos noutros países europeus. Regularmente, uma enorme variedade de periódicos "exibia" os monumentos, museus ou exposições de outros mundos. Pequenos artigos em revistas apropriadamente denominadas *Panorama* ou *A Ilustração-Periódico Universal*, muitas vezes acompanhados de imagens, possibilitavam ao leitor um Tour à volta do mundo. Estes "museus impressos" provam como os "museus" forneciam muitas metáforas para outros fenómenos do século XIX, como seja a imprensa⁽¹⁷⁾. Não é por acaso que muitos dos periódicos portugueses do século passado usam nos seus títulos as palavras "museu" ou "panorama", mesmo que não lhes estejam especialmente dedicados. O seu objectivo era dar aos leitores um conhecimento diverso e pouco profundo daquilo que se passava para além das fronteiras dos locais onde eram lidos; uma enciclopédia desordenada que, embora fornecendo um tipo de saber similar, não obedecia às classificações estritas, e até, ao aborrecimento, associado à própria

⁽¹⁶⁾ *Idem, ibidem*, p. 186.

⁽¹⁷⁾ Chantal Georgel, "The Museum as Metaphor in Nineteenth-Century France", in Daniel J. Sherman e Irit Rogoff, eds., *Museum Culture. Histories. Discourses. Spectacles*, Londres, Routledge, 1994, p. 113.

enciclopédia (ou ao museu). Estes "museus portáteis" abordavam temas universais, sem exigir que o leitor tivesse um conhecimento prévio da informação divulgada. Os leitores portugueses liam pequenas histórias sobre civilizações antigas, ou sobre os costumes de outros continentes, bem como sobre os desenvolvimentos do século que se realizavam noutros lugares, além fronteiras. Uma sucessão de assuntos não relacionáveis entre si transportava o leitor para tempos e lugares diferentes, ao mesmo tempo que contribuía para definir os seus próprios espaços e tempos. Muitas vezes, esta identidade definia-se precisamente no confronto com as novidades divulgadas pela imprensa, em relação às quais o leitor apenas se pode sentir marginal. O futuro estava a ser construído noutros lugares e esta consciência fornecida pela numerosa imprensa contribuía para aprofundar o fosso já existente.

Nas primeiras páginas da revista *O Liz* (1856), um colunista introduz o primeiro de uma série de artigos sobre "as mais importantes descobertas do século XIX". Depois de enunciar as descobertas fantásticas que tinham sido feitas até meados do século, tais como os caminhos de ferro, a fotografia e a máquina a vapor, ele afirma: "[...] é um semanário para o povo, a quem serão talvez desconhecidas muitas dessas famosas descobertas, e por isso achámos muito proveitoso dar numa série de artigos, a ideia geral das mais notáveis"⁽¹⁸⁾. Claro que o autor se está a dirigir àquelas pessoas das classes mais baixas que sabiam ler, sem sequer se referir à vasta maioria da população analfabeta que, além de não experimentar as "muitas descobertas do século XIX", também não podiam ler sobre elas. É certo que a introdução gradual de imagens para acompanhar os artigos veio colmatar parte desta falha, mas o número daqueles para quem o mundo permanecia "invisível" continuava a ser muito alargado. Ainda mais restrito era o número daqueles que podiam observar *in situ* estes novos progressos tão bem documentados na imprensa. O futuro já visível nalgumas nações europeias não estava disponível para todos, e D. Pedro estava consciente da responsabilidade do seu *Grand Tour* em "trazer" parte deste futuro para Portugal. Também ele era um leitor voraz de periódicos. Nos seus escritos refere publicações francesas, tais como a *Revue Des Deux*

⁽¹⁸⁾ L. de Macedo, "Descobertas mais importantes do século XIX", in *O Liz*, 26 de Abril, n.º 4, 1856.

Mondes e a *Revue Contemporaine*, e inglesas, como o *Economist*, o *Times*, e o *Morning Chronicle*. A leitura destes títulos fazia parte das suas actividades quotidianas e tomara-se num importante vínculo com o exterior. Nas suas cartas ao príncipe Alberto ou aos ministros portugueses contemporâneos, é frequente D. Pedro discutir assuntos que lera em jornais ou referir a troca destes artigos. Numa carta de 5 de Fevereiro de 1856 dirigida a Fontes Pereira de Melo, escreve: "[...] Logo que o tenha lido peço-lhe que mo devolva, porque todos os dias preciso recorrer a esses artigos mais úteis do que grossos livros"⁽¹⁹⁾. Neste excerto, ele afirma o valor do tipo de informação fornecida pelo periódico, apesar das suas características fragmentárias. Com um tempo de vida curto e outorgando à palavra um valor efémero, a imprensa promovia um olhar fragmentado e disperso sobre os assuntos muito diferente da leitura concentrada exigida pelos "grossos livros". De qualquer forma, a variedade dos temas tratados tornava o jornal num lugar insubstituível para expor os novos conhecimentos e ritmos que o século XIX estava a construir. Factos, números, acontecimentos, novidades — todos datados, todos já atrasados no dia seguinte — transformavam os ritmos da história e do tempo. Além do saber livresco, os periódicos constituíam uma parte importante do saber teórico que formava a percepção que o príncipe tinha do mundo. E, de alguma forma, o tipo de uso que eles exigem do leitor é paralelo ao olhar que é exigido ao viajante. O movimento da viagem reforça uma apropriação fragmentada do visível, dos muitos visíveis. Tal como se folheasse as páginas de um jornal diário, na sua viagem, o príncipe inspeciona diariamente a cidade da sua escolha, movendo-se de um lado para o outro, optando por parar aqui e concentrar o olhar num lugar específico ou preferindo ignorar um outro, como se virasse depressa as páginas de um periódico.

3. "O futuro é um país estrangeiro"

Nesta secção procurarei relacionar as duas viagens que D. Pedro V realizou na Europa (1854 e 1855) com a tradição do *Grand Tour*. O

⁽¹⁹⁾ Ruben Andresen Leitão, ed., *Cartas de D. Pedro V aos seus Contemporâneos*, Lisboa, Livraria Portugal, 1961, p. 142.

meu objectivo é considerar quais são as transformações em relação à formação do *tour* europeu enquanto modelo cultural, no século XVIII, e quais as permanências desta tradição. Também será necessário justificar a escolha da figura de D. Pedro V que, enquanto príncipe, não pode ser considerado representativo da maior parte dos viajantes no século XIX. A sua identidade de príncipe em preparação para assumir o papel de rei está destinada a moldar de forma determinante a viagem, assim como a sua definição de viajante. O que também deve ser tido em conta é a sua condição de futuro rei de um país como Portugal, lugar periférico nos equilíbrios de poder do século

XIX. Assim, o facto de ocupar a mais alta das hierarquias numa nação que não pode ser colocada nas posições cimeiras da Europa, dar-lhe-á uma dupla identidade enquanto viajante: por um lado, aquela que o define no interior do contexto político e social português; e, por outro, aquela que é estabelecida no exterior, no confronto com aqueles países considerados como tendo atingido um elevado grau de desenvolvimento.

Quando da sua partida para o estrangeiro, o jovem príncipe D. Pedro V tem que se confrontar com vozes críticas provenientes de algumas influentes esferas portuguesas. A partir do século XVIII, os propósitos e motivos para empreender o circuito europeu tomaram-se muito diversificados, e a mera procura de lazer passara a ser aceite, sem a necessidade de uma justificação educacional ou social⁽²⁰⁾. No entanto, a sua condição de futuro rei de Portugal tomava D. Pedro um alvo susceptível de certas vozes críticas que viam na sua viagem apenas um gasto desnecessário de tempo e dinheiro, sem qualquer benefício para o país. De certa forma, o diário que o viajante real empreendera no início da sua viagem servia também como prova de que esta não fora em vão. Consciente de que a sua ausência do país era vista por muitos como uma frivolidade dispensável, D. Pedro apresenta o seu diário como testemunho de que o tempo no estrangeiro fora um contributo essencial na sua formação de monarca. Assim, o próprio diário constitui uma afirmação da utilidade da viagem: "On peut dire que ce fut ce jour qui commença notre travail journalier qui dura trois mois sans interruption, et que je m'imposai avec toute la rigueur, qu'on ne pût pas dire que je n'ai profité un peu

(20) Jeremy Black, *The British Abroad, The Grand Tour in the 18th century*, cit, p. 303.

de mon voyage"(21). Com apenas dezassete anos de idade, o príncipe estava já consciente do antagonismo que mais tarde sentiria enquanto monarca. As primeiras linhas do diário de viagem em Inglaterra, dedicadas ao Príncipe Alberto, são exemplo desta consciência:

"Dire que cette idée a trouvé de l'opposition, qu'elle a donné le jour aux jugements les plus ridicules, aux commérages les plus absurdes, est presque inutile. Dans un pays où les rois vivaient et mouraient ensevelis dans leurs palais, séparés de tout ce qui n'était la cour ou le cortège de serviteurs et de flatteurs, étrangers aux lumières que la civilisation répand sur la société, on ne pouvait que considérer comme un fait étrange le voyage du roi hors de son pays. [...] Tous parlaient, tous présentaient leurs idées; mais personne n'a envisagé la question sous le vrai jour, c'est à dire que ce devrait être un voyage d'instruction. On a cru qu'on allait s'amuser, parce qu'en Portugal voyager dans l'étranger veut dire aller s'amuser"(22).

Aqui, D. Pedro V coloca-se a si próprio em confronto com uma forma de pensar que ele considera dominante na mentalidade portuguesa. O fosso entre os seus ideais de progresso e de civilização e a ausência destes entre as elites portuguesas será aprofundado com a viagem e suscitará dificuldades políticas, a partir da sua subida ao trono. D. Pedro não aceitava o facto de que, após vários meses de formação no estrangeiro e de regresso ao seu palácio, a sua função pudesse ser reduzida à de mera figura simbólica nas estruturas de poder atribuídas à monarquia portuguesa. Pelo contrário, ele considerava a viagem como uma preparação para intervir activamente nos destinos do seu país, de forma a colocá-lo no caminho de um progresso já visível noutros países europeus. No século XIX, surgem novas formas de poder simbólico, tais como as exposições universais e os "museus de âmbito universal"(23), que já não dependem da monarquia ou da religião para se exprimirem. D. Pedro V estava ciente de que em Portugal perdurava a velha ordem, mas considerava que a viagem poderia ajudá-lo a introduzir transformações. Recusando firmemente qualquer sugestão no sentido de que procurava apenas a diversão, o príncipe insiste no carácter instrutivo da sua viagem.

(21) *Diário de D. Pedro V. Viagem a Inglaterra em 1854, cit.*, p. 62.

(22) *Idem*, p. 54.

(23) Carol Duncan e Alan Wallach, "The Universal Survey Museum", *Art History*, vol. 3, n.º 4, 1980, pp. 448-469.

Coloca-se, deste modo, na linha da perspectiva educativa tradicionalmente associada ao *Grand Tour*. Contudo, e como já foi dito anteriormente, há um aspecto em que esta viagem difere significativamente daquelas realizadas no século anterior: ao viajar ele não procurava o passado, mas sim o presente e um futuro potencial naqueles países onde o progresso era mais visível.

Se no século XVIII a Itália era o principal destino de uma elite de turistas, que viajavam na procura dos vestígios de um passado glorioso, em meados do século XIX os olhos de muitos viajantes, entre os quais podemos incluir D. Pedro, concentravam-se em países onde a civilização era considerada mais desenvolvida, como França e Inglaterra. Tal implica uma mudança radical de perspectiva nas relações hierárquicas do observador e do observado. Se, por exemplo, um viajante inglês no século XVIII estava predisposto a admirar a Itália como um "país-museu", como também fora o caso de Quatremère de Quincy⁽²⁴⁾, onde o passado era visível mas não se encontrava classificado, ele não se interessava pelo estado em que o país então se encontrava. Confrontado com a situação nos vários países, o viajante estrangeiro também definia a sua própria identidade, situando-a geralmente como superior. Contudo, quando D. Pedro V viajou em 1854 e 1855, os países que ele escolheu para percorrer mais demoradamente são aqueles considerados mais desenvolvidos do que o seu próprio país. O príncipe procurou não só o que Portugal ainda não conhecia, mas sobretudo aquilo que era "melhor" do que no caso português. O seu ponto de partida e o seu ponto de chegada colocam-no na posição do viajante humilde que vem aprender com os países superiores que visita. Aquilo que equilibra as condições inferiores da sua nacionalidade é a condição superior do seu nascimento que, ultrapassando fronteiras, o coloca ao nível dos outros monarcas europeus. Os países onde ele escolhe passar a maior parte do seu tempo, França e Inglaterra, é que poderiam ser denominados "países-museus", no sentido em que não só exibiam os muitos passados oriundos das diversas zonas do mundo, como também os classificavam. Porquê ir a países onde um passado magnífico era a principal atracção, podendo visitar países onde o passado, o presente

(24) Daniel J. Sherman, "Quatremère/ Benjamin/ Marx: Art Museums, Aura and Commodity Fetishism", in Daniel Sherman e Iris Rogoff, eds., *Museum Culture. Histories. Discourses. Spectacles*, Londres, Routledge, 1994.

e já o futuro estavam disponíveis (e inteligíveis) pelas novas tecnologias do século XIX?

Para a maior parte dos viajantes na Itália do século XVIII, Roma consituía a atracção principal e a cidade onde passavam a maior parte do tempo. O interesse pelas cerimónias papais ou pelas colecções privadas só era ultrapassado pela quantidade surpreendente de antiguidades e ruínas e pela real possibilidade de chegar à posse de algumas delas. Um século mais tarde, D. Pedro V admirou as antiguidades romanas que "tornam a história mais viva do que qualquer livro", mas também acrescentou que se não fosse este aspecto ele "não a suportaria"⁽²⁵⁾. Nesta carta para o príncipe Alberto, na sua segunda viagem, ele afirma claramente que Roma não o atrai. Nem sequer os *ateliers* de pintura tradicionais o satisfazem, e apenas reconhece o valor daqueles onde os artistas eram alemães, conforme escreveu ao seu tio Saxe-Coburgo, Alberto. Não foi por acaso que ele não pousou para um qualquer Pompeo Batoni Oitocentista, preferindo registar a sua passagem pela Europa no estúdio fotográfico parisiense de Mayer e Pinson⁽²⁶⁾. Neste caso, e tal como Flaubert sugerira no seu *Dictionnaire des idées reçues*, o daguerreótipo viera para ocupar o lugar da pintura⁽²⁷⁾. Nem sequer a religiosidade de Roma foi capaz de converter D. Pedro V. Como futuro rei de um país católico, foi recebido pelo Papa, mas esta não era uma peregrinação ou uma viagem de cunho espiritual. Interessava-lhe muito mais o desenvolvimento de países protestantes, como Inglaterra ou Holanda, onde o progresso podia ser considerado mais material do que espiritual. É verdade que nesses países ele não encontrava vistas pitorescas enquadradas por colunas romanas em ruínas, contudo, podia observar tais fragmentos, embora removidos dos seus lugares de origem. Face à possibilidade de ver os objectos *in situ*, o príncipe privilegia a oportunidade de os observar já classificados nas muitas instituições de educação e exibição que existiam em Londres ou em Paris. Estes novos espaços e tecnologias de exibição não só "tomam a história mais viva", como também contam uma história de progresso e de desenvolvimentos futuros que não poderia ser encontrada em

(25) *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto, cit., p. 73.*

(26) Ruben Andresen Leitão, ed., *Diário de viagem a França del-rei Dom Pedro (1855), cit., p. 178.*

(27) "Daguerreótipo: substituirá a pintura", in Gustave Flaubert, *Bouvard et Pécuchet, cit., p. 344.*

nenhum outro lugar. Nestes espaços, D. Pedro estava consciente que podia observar o mundo inteiro num breve período de tempo, viajando num tempo e num espaço virtual.

Usualmente, associa-se a viagem a uma ideia de passado. Do fascínio pela Itália no século XVIII, até à busca do exótico e primitivo no século XIX, viajar costuma ser associado à ideia de regresso a um tempo passado. Assim, "países estrangeiros" adquirem muitas vezes o significado de "passado" para aqueles que viajam. Curtis e Pajaczkowska reforçam esta ideia ao afirmar que aquilo que os viajantes e turistas procuram é precisamente aqueles lugares onde o progresso não é visível: "o passado histórico em toda a sua inevitabilidade sedimentada é procurado em relação a um momento pessoal e a um prelúdio arcádico relativamente à industrialização, o hedonismo inocente do mundo primitivo e pré-colonial, e a unidade do eu que precede o estado adulto e à moderna consciência de si próprio"⁽²⁸⁾. No entanto, eu proporia que no século XIX existe um tipo de viajante que procura precisamente aquilo que de industrial e "poluído" possuíam alguns lugares ou países. Se pensarmos nas consequências que as exposições universais, organizadas desde 1851, tiveram no desenvolvimento do turismo, não podemos negar que eram precisamente as maravilhas do século que atraíam milhares de visitantes, mesmo que estes fossem domésticos⁽²⁹⁾. Em lugar de se oporem, estas duas tendências podem ser percebidas como parte do mesmo *impetus* para analisar e categorizar o mundo. As exposições universais são bons exemplos deste fenómeno. Na década de 1860, elas conjugavam os últimos desenvolvimentos do mundo industrial, com *cenas vivas* de povos primitivos. Tudo era classificado e exibido sob um mesmo tecto. O futuro estava exposto, mas os passados e presentes das diferentes partes do mundo também o estavam.

Ao mudar uma das palavras na muito citada frase do *The Go-Between* de L.P. Hartley — "o passado é um país estrangeiro, lá eles fazem as coisas de forma diferente", para "o futuro é um país estrangeiro" — defenderia que para D. Pedro V, viajar no estrangeiro significava experimentar aquilo que ele queria que fosse o futuro de

⁽²⁸⁾ Barry Curtis e Claire Pajaczkowska, "Getting there: travel, time and narrative", in George Robertson, *et al*, ed., *Traveller's Tales. Narratives of Home and Displacement*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1994, p. 199.

⁽²⁹⁾ Tobin Andrews Sparling, *The Great Exhibition. A Question of Taste*, New Haven, Yale Center for British Art, 1982, p. 7.

Portugal. O príncipe seria o agente principal neste diálogo entre exterior e interior. Ao viajar, ele estava a acumular os instrumentos de progresso que levaria para casa como "saque de conhecimento e experiência"⁽³⁰⁾. Neste "saque", as instituições públicas preenchiam a maior parte do seu apertado horário. A exposição universal de Paris fora uma das principais razões do seu segundo *Grand Tour*, mas importantes eram também os museus e as instituições militares e educacionais. Aquilo que a maior parte delas tinha em comum era o seu estatuto público, um conceito estreitamente relacionado com a ideia de progresso no século XIX, e uma enorme transformação em relação aos séculos anteriores.

Para compreender as escolhas dos percursos de viagem em locais considerados como estando no auge da civilização, é importante ter em conta a sua condição de futuro rei e a sua preocupação com aquilo que poderia ser mais útil a Portugal. Este país podia ser comparado com Itália no que se refere à sua atitude em relação a um passado glorioso que estava agora perdido. Em meados do século XIX, após as invasões francesas, a guerra peninsular e algumas décadas de guerra civil e agitação política, Portugal estava finalmente a entrar num período de estabilidade que permitiria o desenvolvimento. A consciência de que no passado se tinha vivido um período de grandeza e poderio, sublinhava ainda mais o presente declínio. D. Pedro V contava viver uma época de maior acalmia pelo que considerava que o futuro do país residia em seguir o exemplo daqueles países europeus que, enquanto exploravam as suas colónias, acompanhavam o ritmo da industrialização. Era este o modelo proposto por D. Pedro V. Assim, no seu circuito europeu, o príncipe procura apreender aquilo que podia ajudar Portugal a resolver as suas dificuldades presentes e a superar a consciência de um passado irremediavelmente perdido. É desta forma que ele descreve a sociedade portuguesa numa carta a seu tio, o Príncipe Alberto:

"[...] Maintenant pensez que je parle d'une société profondément démoralisée par le souvenir cuisant de son ancienne grandeur et par la vue de sa déchéance, vieille, par une enfance de plusieurs siècles, ayant perdu son temps et voulant le regagner tout d'un coup [...]"⁽³¹⁾.

⁽³⁰⁾ Louis Marin, "The Frontiers of utopia", in *Utopias and the Millennium*, Eds. Stephen Bann e Krishan Kumar, Londres, Reaktion Books, 1993.

⁽³¹⁾ *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto, cit.*, p. 277.

A temática do declínio português e a busca de uma nova identidade para Portugal é uma questão central no discurso intelectual do século XIX⁽³²⁾. A necessidade de redefinir um país que já não tem passado, mas que também não tinha grandes expectativas quanto ao futuro, é uma discussão infundável que assume muitas formas e envolve um leque variado de indivíduos. D. Pedro escreveu "eu vim do passado e vou para o futuro, mas infelizmente verifico que há muitos que têm os olhos postos na parte detrás da cabeça"⁽³³⁾. Os seus escritos estão repletos de frases similares. D. Pedro acreditava que as viagens lhe permitiriam situar a sua percepção de Portugal, ao mesmo tempo que lhe trariam soluções para o governo do país. Viajar não só assumia um papel importante enquanto complemento educacional para um indivíduo destinado a reinar, como também se traduzia numa iniciação política fundamental. Vinte anos depois de terminadas as guerras civis (1828-1834) e chegado o início do que era tido como uma nova época de paz e progresso, era importante para Portugal que o seu futuro rei fosse apresentado aos monarcas dos mais importantes reinos da Europa. Assim, estas viagens também serviram para que Portugal fosse visto sob outro olhar por olhos estrangeiros. Neste aspecto, D. Pedro estava a ser fiel à tradição do *Grand Tour* que, por sua vez, dava continuidade à associação entre viagem e política. Isto porque o *Grand Tour* combinava, sobretudo, duas tradições: a *peregrinatio académica* onde, após a sua passagem pela Universidade, o jovem estudante viajava até aos grandes centros académicos, e o percurso cavaleiresco que levava o jovem cavaleiro a ser reconhecido como par pelos seus iguais. A mobilidade territorial constituía um rito de passagem que marcava a própria identidade do

(32) Sobre este assunto ver Antonio Manuel Bettencourt Machado Pires, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, Lisboa, Vega, 1992; Onésimo Teotónio de Almeida, "Antero e as Causas da Decadência dos Povos Peninsulares - entre Weber e Marx", in *Congresso Anteriano Internacional*. Actas, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, pp. 33-43; Sérgio Campos Matos, "Da Idade de Ouro à Decadência", in *Memória e Nação: Historiografia Portuguesa de Divulgação e Nacionalismo (1846-1898)*, Tese de Doutoramento - Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa, 1995, pp. 439-479; Joel Serrão, "Decadência", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, pp. 784-788.

(33) Pedro V, *Escritos de El-Rei D. Pedro V colligidos e publicados pela Academia das Ciências de Lisboa, cit.*, vol. III, p. 271.

viajante, conferindo-lhe um estatuto de adulto. O reconhecimento por parte dos seus pares era uma componente importante neste processo de construção identitária. De igual modo, D. Pedro viajava não somente para ver, mas também para ser visto. Estava consciente de que, ao apresentar-se nas várias cortes europeias, também representava Portugal como uma nação que devia ser reconhecida e respeitada. No seu já citado ensaio sobre a viagem, de 1615, Francis Bacon advogava a importância de uma viagem educativa para aquelas pessoas que ambicionavam ocupar um lugar importante na sociedade⁽³⁴⁾. No caso de D. Pedro V, o nascimento já lhe garantia um lugar de destaque, mas a viagem na Europa fê-lo transcender as limitações do espaço português e concedeu-lhe um leque alargado de relações no exterior. Foi durante a sua primeira viagem a Inglaterra que D. Pedro estabeleceu laços de amizade com a rainha Vitória e, sobretudo, com o Príncipe Alberto. Estes laços viriam a tomar-se extremamente importantes, tanto no que se refere à sua vida pessoal, como na esfera das influências políticas e económicas entre ambos os países.

4. *Viagens de um príncipe: entre a esfera pública e a privada*

Nesta secção, procurarei demonstrar de que forma a sua identidade de viajante é moldada por conceitos de público e de privado. Ao ser um viajante real, num percurso marcado por uma forte componente política e diplomática, as suas experiências visuais e os seus comportamentos estão, à partida, determinados por restrições que, por vezes, D. Pedro procura contradizer assumindo o papel de turista anónimo. O conflito que advém das esferas pública e privada da sua condição de viajante está presente não só nos seus diários de viagem, como também nos próprios documentos diplomáticos produzidos por aqueles que se encarregaram de organizar o percurso do príncipe nas diferentes cidades europeias. Na sua viagem a Paris em 1855, D. Pedro V visita o museu de artilharia, ao qual dedica muitas páginas do seu *Diário*. Como era habitual nas suas visitas a museus ou outras instituições, fora acompanhado no seu percurso pelos principais directores e conservadores. Aqueles que determi-

³⁴) Francis Bacon, "Of Travel", *The Essays*, p. 114.

navam os vários aspectos deste espaços eram também responsáveis por guiar o olhar do príncipe sobre os objectos. O acesso fácil do príncipe a todas as instituições e o facto de ter como guias os seus directores são dados relevantes que o distinguem de outros viajantes. Mesmo quando se tem em conta que na época os viajantes tinham características sociais que lhes davam o acesso fácil a espaços bastante inacessíveis, a maior parte deles não tinham como guias, especialistas da mesma categoria. Que tipo de liberdade pode ter um visitante de um museu quando os seus olhos estão a ser guiados através dos objectos? Para o príncipe, valia a pena renunciar a esta liberdade quando o guia era tão bom quanto o M. Sardey: "[...] Feliz o visitador se lhe cabe em sorte poder ser conduzido por M. de Sanley (*sic*), director do Museu. Mr de Sanley foi militar, é um arqueólogo distinto, e um homem de bom gosto. Que mais condições se podem exigir?"⁽³⁵⁾. Neste caso, a sua condição de príncipe, experimentando um acto cultural e também cerimonial, é reconhecida pelo protagonista como sendo um privilégio. Noutros casos, porém, a sua identidade como figura pública provou ser uma desvantagem e até uma restrição à sua liberdade. Foi este o caso da visita de D. Pedro V à Exposição Universal de Paris em 1855, onde dadas as suas funções de organizador do evento, o príncipe Napoleão assumiu o papel de guia: "[...] éramos conduzidos pelo Príncipe Napoleão, a quem nesse dia não causava incómodo o fazer uma polidez, polidez que eu aliás dispensava porque vi a exposição muito mal, e muito pouco à minha vontade"⁽³⁶⁾. D. Pedro refere este caso nas páginas do seu diário como sendo a justificação pela qual não pôde fazer uma descrição minuciosa da Exposição. Com certeza, o facto do guia não ser um especialista, mas uma figura política, terá contribuído para a insatisfação do príncipe português. Se ser conduzido por indivíduos como Sir Henry Ellis, no British Museum, ou o Conde de Neuwerkerke no Louvre era um privilégio reservado a uma pequena minoria, este era também um factor determinante na sua identidade enquanto viajante. A liberdade e possibilidade de anonimato, usualmente associada à viagem no estrangeiro, era algo que D. Pedro raramente experimentava. A sua identidade permanecia fluída: de viajante a príncipe ou a príncipe viajante.

⁽³⁵⁾ Ruben Andresen Leitão, ed., *Diário de viagem a França del-rei Dom Pedro (1855)*, p. 100.

⁽³⁶⁾ *Idem, ibidem* p. 109.

Ser príncipe irá moldar a sua viagem e a sua percepção dos objectos de uma forma que, por vezes, D. Pedro pretende evitar. Quando após a primeira visita oficial à Exposição Universal de Paris escolhe voltar lá repetidas vezes como incógnito, ele não está mais do que a anular o seu papel de figura pública durante algumas horas, ao mesmo tempo que encarna o papel de turista comum⁽⁷⁾). Ao fazê-lo, está a cumprir o carácter que Flaubert atribuiu à palavra incógnito como sendo, "o vestuário dos príncipes nas suas viagens"⁽³⁸⁾). No entanto, foram raras as ocasiões em que lhe foi possível experimentar a liberdade do viajante comum. A maior parte das vezes é a sua figura pública que se impõe sobre a esfera privada da sua viagem. Esta dualidade entre público e privado está constantemente presente, não só nos seus próprios diários de viagem, como também nos documentos produzidos pelos diplomatas encarregados de organizar os seus movimentos europeus. Logo após a sua chegada a Southampton, a primeira cidade no seu percurso pelo estrangeiro, o diplomata teve que impedir as cerimónias de recepção preparadas pelo Presidente da Câmara da cidade, de forma a preservar o incógnito que fora recomendado pelo pai do príncipe, D. Fernando. Esta discrição no momento da sua chegada a Inglaterra foi rapidamente substituída por um protagonismo público que, transcendendo as esferas oficiais, passou a manifestar-se nas ruas das cidades por onde o príncipe passava. O Conde de Lavradio, representante de Portugal em Inglaterra e figura de destaque nas preparações desta viagem, descreve a passagem da carruagem de D. Pedro e da sua comitiva pelas ruas de Londres: "As ruas da cidade estavam apinhadas de povo, que queria ver o jovem Rei de Portugal, de sorte que as carruagens moviam-se com muita dificuldade. A afabilidade com que El-rei e o senhor Infante recebiam as saudações da mais populosa e rica cidade da Europa excitou de uma maneira extraordinária o entusiasmo de todos"⁽³⁹⁾). Esta descrição oficial contrasta com outra,

⁽³⁷⁾ *Idem, ibidem*, p. 161.

⁽³⁸⁾ Gustave Flaubert, *Bouvard et Pécuchet*, Paris, Garnier-Flammarion, 1966, p. 361.

⁽³⁹⁾ *Elrei D. Pedro Quinto no Estrangeiro em 1854 e 1855. Participações e allocuções das principais côrtes da Europa, durante as suas suas viagens com o senhor infante Duque do Porto*, Porto, Tipografia de F. G. da Fonseca, 1855, p. 24.

escrita pelo príncipe, onde descreve a sua ida ao Jardim Zoológico de Londres. Desta vez, a carruagem foi substituída por um táxi, mas apesar das intenções de se apresentar incógnito, à sua chegada ao Zoo, o príncipe deparou-se com a habitual comitiva de recepção.

Esta busca de uma identidade privada através do uso do incógnito (em si mesmo uma afirmação da sua figura pública), contrasta com as recepções organizadas no momento de partida e de chegada a cada cidade do *Grand Tour*. A documentação oficial acerca deste *Grand Tour* real é rica em descrições destas recepções, onde as mais importantes personalidades da localidade identificavam o viajante como príncipe. Nalguns casos, como sucedeu em Nápoles, a sua recepção no porto da cidade reproduziu o esplendor que já caracterizara as cerimónias equivalentes no século anterior. Mas na maior parte das vezes, a novidade destas cerimónias consiste nos espaços onde a maior parte delas decorrem: as estações de caminhos de ferro. A primeira destas recepções teve lugar na estação de Hine Elms, próxima de Londres: ao descer do comboio, o príncipe e o seu irmão mais novo, D. Luís, foram recebidos pelo Príncipe Alberto e pela elite portuguesa a residir na cidade. Fora esta a primeira vez que D. Pedro utilizara este meio de locomoção, que de agora em diante o transportaria às principais capitais Europeias⁴⁰). Para ele, os caminhos de ferro constituíam um dos mais importantes progressos do século XIX, e algo indispensável para a modernização de Portugal. Nas estações de comboio, as mais recentes descobertas de engenharia conjugavam-se com os novos materiais arquitectónicos, como o ferro e o vidro. Arte e indústria estavam perfeitamente unidas na sua concepção. Tal como descreve um diplomata português, D. Pedro estava atento a estes novos espaços de exibição que, ao mesmo tempo, podiam ser experimentados:

"Os Augustos Viajantes observaram com o maior interesse as muitas obras de arte, que apresenta este caminho de ferro, especialmente as galerias, que atravessam os Apeninos, havendo uma que leva a passar quase dez minutos: igualmente as obras de

⁴⁰) "Il est presqu'inutile de dire que le voyage de Southampton à Londres, a été par chemin de fer. Il est aussi inutile de dire que ce fut la première fois que je me servais de cet incomparable moyen de transport, qui nous fait franchir l'espace qui sépare les deux villes en deux heures.", Ruben Andresen Leitão, *Diário de D. Pedro V. Viagem a Inglaterra em 1854*, p. 56.

encanamento de águas, para suprir a cidade de Génova, tomando Sua Magestade informações de tudo, e fazendo notas até do custo dos materiais, considerando e discutindo o que poderia ser aplicado ao nosso país, e as vantagens que poderiam resultar-lhe”(41).

Assim, as estações de comboio constituíam não só os espaços cerimoniais de recepção do príncipe, como também um dos objectos de estudo da sua viagem instrutiva, que ele considerava como pertencendo ao mesmo espírito que concebera a Exposição Universal de 1851 ou a ponte tubular de Holyhead(42). Nas suas duas viagens, era sob o tecto das estações de comboio que se dava o primeiro encontro com as principais personalidades do lugar. A modernidade encontra-se não só no espaço da cerimónia, mas também nas pessoas que se encontravam na *Gare* a assistir à chegada das carruagens e dos seus ilustres viajantes: não eram apenas os monarcas de cada país ou os elementos diplomáticos portugueses, mas também os próprios directores e engenheiros das estações de comboio(43). De alguma forma, os membros das companhias dos Caminhos de Ferro são incorporados nas esferas de poder público, enquanto membros de um mundo industrial. O caso que melhor exemplifica os novos cenários das antigas cerimónias de recepção é o do Visconde de Seisal, representante português na Bélgica. No momento em que D. Pedro e D. Luís ascendem à carruagem de comboio que os levaria a outro destino, o diplomata tem a "honra de beijar a mão real", um costume associado às práticas tradicionais da monarquia que veio a ser abolido pelo próprio D. Pedro(4).

5. *Viajar: uma forma de instrução prática*

Nesta secção procurarei analisar as percepções que D. Pedro tinha em relação à sua própria viagem, e qual o lugar atribuído a este *rito de passagem* no seu futuro papel de rei de Portugal. Também procurarei ter em conta de que forma é que esta *instrução* tomada possível através da viagem, iria ser transposta para o seu país de

(41) *El Rei D. Pedro Quinto no Estrangeiro em 1854 e 1855*, pp. 121-122.

(42) Ruben Andresen Leitão, *Diário de Viagem a França...*, cit., p. 232.

(43) *El Rei D. Pedro Quinto no Estrangeiro em 1854 e 1855*, cit., p. 79.

(4) *Idem*, p. 48.

origem, e de que forma é que o *Grand Tour* foi reencenado em missões de instrução prática promovidas por D. Pedro V quando rei. Afinal, o que o príncipe procurava era um complemento prático à sua educação teórica recebida previamente. O olho que costumava ler era agora o olho que observava um mundo que só conhecera na teoria dos livros. Através da aquisição de um conhecimento prático e experimental que só a visão dos objectos podia fornecer, o príncipe completava uma educação cujo propósito era muito claro: o de ser usado em benefício do país que mais tarde iria governar.

Como vimos, os propósitos educacionais da viagem de D. Pedro V tiveram que ser claramente enunciados mesmo antes da partida. Isto devia-se, em parte, à necessidade de contradizer as vozes críticas que denunciavam a viagem como uma procura de lazer e diversão inúteis ao país. O que está permanentemente implícito é o quanto Portugal poderia vir a beneficiar com a ausência temporária do seu futuro rei. E, enquanto as potenciais vantagens de um príncipe instruído eram óbvias, menos evidentes eram aquelas que poderiam advir de uma viagem de lazer. Ainda no navio que o levaria do porto de Lisboa ao de Bordéus, o jovem príncipe escreve no seu diário o que é que a viagem significa para si:

"Uma viagem, e uma viagem sobretudo na Europa civilizada, que nos faça ver a metrópole da inteligência humana, o ponto de partida das revoluções que têm mudado a face da nossa sociedade, que nos mostre os restos das grandes nações, os efeitos dos erros políticos, é um grande lenitivo à sede de instrução [...]"⁽⁴⁵⁾.

Nesta frase, D. Pedro sintetiza as suas principais prioridades quando viaja ao estrangeiro e estabelece a sua definição de temporalidade e progresso: ele pode observar o presente com todas as mudanças que ele implica, mas também espreitar o passado através dos objectos poupados à passagem do tempo, e ainda moldar o futuro com o contributo das lições dos erros passados. Em todos os seus escritos, o "tempo" constitui um conceito chave na sua visão do mundo civilizado, um mundo que ele considera conter tanto o passado, como o presente e o futuro. Viajar geograficamente também significava viajar no tempo. Contudo, esta geografia era limitada, porque as suas fronteiras tinham que estar inseridas no conceito de "civilização". Estes eram aqueles países em que a temporalidade era

⁽⁴⁵⁾ *Diário de Viagem a França Del-Rei Dom Pedro (1855), cit., p. 70.*

mais vasta e onde o progresso era mais visível. Estes eram também os países onde o progresso (e o futuro) eram exibidos e tomados inteligíveis ao observador. Em visitas a museus, exposições temporárias, instituições militares e fábricas industriais, o príncipe podia apreender os diferentes estádios da humanidade. Dos vestígios daquilo que um dia fora grandioso, expostos no museu, até ao futuro já presente em espaços como as exposições universais ou as fábricas, D. Pedro movia-se tanto no espaço como no tempo.

A viagem era o meio que permitia a transgressão do tempo adquirido. O próprio movimento representava a negação do tempo e do espaço e a criação de uma nova ordem das coisas, onde o viajante era o protagonista. Devido às suas possibilidades metafóricas, o movimento que a viagem implica é muitas vezes relacionado com uma jornada interior do indivíduo e com um acto de transformação: a pessoa que parte nunca é igual àquela que regressa ao ponto de partida⁽⁴⁶⁾. No caso de D. Pedro, o movimento geográfico implica não só a passagem da infância ao estado adulto, como também a transformação de príncipe em rei. Deixar o país significava também deixar a sua casa e o papel que assumira até ao momento da partida. Assim, a partida é reconhecida como um acto doloroso de separação e perda, que se aceita porque é realizada em benefício da nação. A perda temporária da presença do príncipe constituía um sacrifício que levaria a um ganho maior: não meramente temporário, mas sim um benefício que permaneceria no país logo que o príncipe regressasse e acesse ao trono. Era esta a percepção oficial da partida, tomada pública através dos muitos discursos de despedida proclamados no início do *Grand Tour*. Impressos logo em 1855, estes documentos e discursos oficiais são férteis em palavras de sacrifício pela separação, mas cheios de esperanças nas consequências positivas que, pela mão do príncipe, adviriam do "exterior" para o "interior". Ao responder ao discurso do Presidente da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, D. Fernando, afirma: "[...] O doloroso sacrifício, que faço e fazem meus caros e prezados filhos separando-se dos meus braços, nós o consideramos útil para a nação que deve ter à sua frente um monarca ilustrado, que possa avaliar o mérito de um povo,

⁽⁴⁶⁾ George Robertson, et al, ed., *Traveller's Tales. Narratives of Home and Displacement*, p. 5.

[...], e promover por todos os modos a sua felicidade"⁽⁴⁷⁾. A esfera privada da família é substituída pela esfera pública que a partir de então marcará o destino do príncipe. A viagem é o lugar desta transição e transformação. A súbita morte da sua mãe, a Rainha D. Maria II, também contribuiu para que a viagem correspondesse à ideia de ruptura. Esta morte inesperada implicou que o jovem príncipe tivesse que ocupar o trono logo que atingisse a maioridade. Assim, os dois anos que precederam a sua tomada de posse foram passados numa viagem fomentada pela perda da sua mãe.

Num discurso lido na Mansion House, em Londres, e dirigido ao *Mayor* da cidade, na sua primeira viagem ao estrangeiro, D. Pedro está consciente das novas responsabilidades em que a viagem o inicia:

"Empreendi esta viagem, não para meu passatempo, mas sim para minha instrução, e com o propósito de melhor me habilitar a dirigir depois os destinos do nobre povo, que eu devo reger. Obrando desta sorte obedeço à vontade da falecida rainha. Penosas como são as circunstâncias, que me obrigaram a sair do meu país mais cedo do que aliás teria acontecido, é uma satisfação para mim, que a primeira terra a que aportei, seja a do nosso mais antigo e fiel aliado [...]"⁽⁴⁸⁾.

A partida era considerada como uma iniciação numa segunda fase educativa do príncipe que, não sendo possível de obter em Portugal, deveria ser-lhe benéfica. No que se refere a este assunto, o discurso do príncipe assemelha-se muito ao daqueles que escreveram sobre ele: a visão e a experiência do mundo era algo que apenas a leitura dos livros não conseguia alcançar. A sua educação podia ser dividida em dois elementos complementares: por um lado, um elemento teórico, onde a palavra escrita e a aprendizagem com um professor era determinante e, por outro, um elemento prático, mais dependente do indivíduo, agora livre de estritas imposições exteriores. Viajar assumia-se assim como a forma mais completa de cumprir a vertente prática de uma educação global, onde a uma trajectória individual equivalia uma independência gradual de influências exteriores e um maior grau de auto-instrução. De qualquer modo, a experiência de viajar e ver o mundo não faria sentido sem um conhecimento prévio dos objectos observados. E para que a viagem fosse uma experiência completa era necessário que existisse um

⁽⁴⁷⁾ *EIRei D. Pedro Quinto no Estrangeiro...*, cit., p. 15.

⁽⁴⁸⁾ *EIRei D. Pedro Quinto no Estrangeiro...*, cit., p. 27.

diálogo contínuo entre os dois tipos de instrução. Quando D. Pedro se confronta com os objectos, não o faz como uma tábua rasa e, nos seus escritos, é comum encontrar esta interacção entre o conhecimento teórico adquirido nas suas leituras e a visão dos objectos. O príncipe possuía um conhecimento prévio que lhe permitiu observar as coisas num contexto específico e com um vasto leque de referências. De que forma é que o prévio conhecimento dos objectos enriquecia a sua observação? Lord Momington, um aristocrata inglês que no século XVIII realizou um *Grand Tour* tinha uma resposta clara a esta questão. Ele defendia que a Itália que ele visitara não faria sentido sem os saberes adquiridos no colégio interno de Eton e na Universidade de Oxford⁽⁴⁹⁾. Um século mais tarde, talvez este aristocrata inglês não sentisse a mesma necessidade de atravessar o Canal da Mancha para poder ver os objectos que já conhecia através da sua educação académica. Poderia simplesmente entrar numa instituição como o British Museum e realizar uma versão reduzida do *Grand Tour*, sem se submeter ao incómodo de uma deslocação geográfica. No século XIX, muitas das antiguidades e ruínas que antes somente podiam ser observadas *in situ* estavam agora armazenadas e expostas sob o mesmo tecto "civilizador". É verdade que agora já não possuíam o encanto e o ar de abandono que Piranesi tão bem soube perpetuar nos seus desenhos, mas tinham legendas que lhes atribuíam um lugar muito mais definido na história linear do mundo narrada pelos museus.

No diário da sua visita a França, D. Pedro refere o tipo de conhecimento que pode advir da observação das coisas:

"[...] O fim deste meu trabalho não é tanto fazer a descrição dos estabelecimentos, no que eles têm de permanente, e que quase todos conhecem, como servir de expressão aos resultados colhidos da minha experiência durante esta viagem, quer dizer apanhar a voz o espírito das instituições e contrabalançar as suas vantagens e os seus defeitos. Esta é a grande lição que se recebe pela vista das coisas, lição que os livros não dão porque ordinariamente são escritos debaixo do império de uma paixão. Neste trabalhinho terei ainda muita ocasião de assinalar a diferença que existe entre a realidade e a letra redonda,

⁽⁴⁹⁾ John Ingamells, "Discovering Italy: British Travellers in the Eighteenth Century", in *Grand Tour. The Lure of Italy in the Eighteenth Century*, eds. por Andrew Wilton e Ilaria Bignamini, *cit.*, p. 21.

e cada vez mais me convenço de que o melhor modo de saber alguma coisa é vê-la com os próprios olhos"⁽⁵⁰⁾.

Aquilo que o príncipe pretendia reter era a noção abstracta de "espírito" das coisas que apenas a visão delas pode fornecer. Ele opõe esta experiência objectiva do observador àquela que provém da leitura de livros "escritos debaixo do império de uma paixão". Claro que não questiona o facto desses escritores parciais já terem assumido o papel de observadores, nem aprofunda o tema de ele próprio estar a transformar, pela escrita, aquilo que começou por ser "apanhado em voo". Assim, através dos seus diários, D. Pedro também está a transformar em conhecimento teórico aquilo que começou por ser uma experiência prática. Esta noção da autoridade do observador está associada à ideia de que a viagem desenvolve todos os sentidos e percepções⁽⁵¹⁾. Se no início as formas de observação utilizadas pelos viajantes, estavam muito dependentes de modelos pré-estabelecidos, tornaram-se gradualmente mais dependentes do próprio observador. Tal como Goethe já sustentara nos diários da sua viagem a Itália de finais do século XVIII, a observação directa era uma fórmula que tinha agora uma autoridade baseada na necessidade de apropriar o mundo de um ponto de vista pessoal⁽⁵²⁾. A primazia atribuída a uma visão directa das coisas, oposta a um conhecimento mediado pela leitura acerca das mesmas, implicava um descrédito dos registos escritos ou, pelo menos, uma subordinação à credibilidade do olhar individual. Por outras palavras, a autoridade associada à escrita é substituída pela experiência directa sobre o objecto de interesse. Aliás, a palavra experiência é uma chave desta atitude, mesmo tendo presente que a sua prática é limitada pela brevidade e superficialidade. Neste sentido, o príncipe assume o que muitas vezes é considerado como uma deficiência na forma de olhar do viajante. Este olhar exterior, superficial e distante, pode ter algumas vantagens relativamente ao olhar proveniente do interior. Lévi-Strauss defende esta posição e justifica as suas vantagens⁽⁵³⁾. No caso do príncipe,

⁽⁵⁰⁾ Ruben Andresen Leitão, *Diário de Viagem a França del-Rei Dom Pedro (1855)*, cit., p. 160.

⁽⁵¹⁾ Eric Leed, *The Mind of the Traveller. From Gilgamesh to global tourism*, p. 61.

⁽⁵²⁾ J. W. Goethe, *Italian Journey (1786-1788)*, Londres, Collins, 1962.

⁽⁵³⁾ Claude Lévi-Strauss, *Tristes tropiques*, Paris, Librairie Plon, 1955.

este é um olhar personalizado que não pretende descrever apenas o que se encontra disponível ao olhar comum, mas aquilo que provém da experiência individual.

As experiências visuais do príncipe no estrangeiro vieram também "rectificar certas ideias falsas", previamente adquiridas. Parece que a prática de viajar torna acessível um conhecimento verdadeiro acerca da realidade, sobre a qual os livros muitas vezes apenas fantasiam. Quando escreve sobre o *Grand Tour* de D. Pedro V, Moniz Barreto Corte Real, refere-se ao tipo de instrução tornada possível pelas viagens:

"[...] Mas até aqui os seus conhecimentos não têm por objecto mais que meras teorias, que noções abstractas: homens, cidades, províncias, reinos, estados, nações, género humano são ainda para ele elementos de um mundo inteiramente ideal e só existente nos livros e nas forjas da sua fecunda imaginação; não são mais que sombras, que inconstantes e mudáveis perspectivas desse mundo real que existe fora dele lá ao longe [...], e que ele deve ver e estudar para poder depois governar bem. [...] A história dá-lhe conhecimentos sem dúvida, mas não lhos dá das províncias e do estado actual da nação; nem dos usos e costumes, das instituições e estabelecimentos admiráveis em que abundam os principais reinos da Europa, e que muito podem contribuir para todo o género de melhoramentos nacionais. Estes conhecimentos só os podem dar as viagens dentro e fora do reino" (54).

Depois de afirmar a importância do conhecimento prático do mundo por oposição às "sombras" das teorias abstractas fornecidas pelos livros, o autor refere os benefícios que esta prática traria ao contexto nacional. "Aprender no estrangeiro para usar em Portugal" é uma ideia repetida inúmeras vezes, tanto pelo príncipe como pelos autores seus contemporâneos. D. Pedro surge como um dos meios para concretizar este projecto. Ele viaja para apropriar parte do mundo que conhece durante o *Grand Tour*; ao longo de alguns meses transforma-se numa espécie de espião cultural, político e industrial. Embora este seja um espião assumido e bem-vindo a realizar uma das mais prestigiadas funções do *Grand Tour*. Sempre consciente das suas origens e ponto de partida, o príncipe observa outros mundos,

(54) Antonio Moniz Barreto Corte-Real, *Lyceo*, Angra do Heroísmo, Tipografia de Manoel José Pereira Leal, 1855, p. 23.

tendo sempre presente o seu próprio mundo. O lugar de onde ele parte é também aquele para onde regressará. A passagem temporária constitui o espaço da apropriação e da acumulação em benefício do ponto de partida e de chegada. A sua passagem é temporária mas, como vimos, os seus resultados eram tidos como permanentes. Louis Marin considera que a forma como o viajante enriquece o seu ponto de partida com o "saque de conhecimento e experiência" obtido durante o percurso, é uma afirmação da sua própria identidade enquanto sujeito⁽⁵⁵⁾. No caso de D. Pedro, o "saque" contribuiu, não só para estabelecer a sua identidade de monarca, mas também para afirmar a identidade do seu país. De qualquer forma, e apesar das intenções, é muito difícil afirmar até que ponto é que as esperanças neste "saque de conhecimento e experiência" foram concretizadas.

Outra repercussão das viagens que se veio a manifestar quando D. Pedro era já rei consistiu em enviar emissários ao estrangeiro para aprenderem aquilo que em Portugal lhes estava vedado. Nos seus diários são frequentes as referências àquilo que de novo surgia no estrangeiro, e à utilidade que daí poderia advir para Portugal. Também são usuais as referências à necessidade de enviar especialistas para o estrangeiro para que estes tomassem conhecimento daquilo que de novo surgia. De certa forma, estas "missões oficiais" reproduziram a experiência do Príncipe, embora com objectivos de âmbito muito mais restrito. A título de exemplo, quando D. Pedro visitou o Museu Marítimo no Louvre, mencionou a ausência de um museu semelhante em Portugal. Para dirigir tal instituição, sugere que deveria ser alguém a par dos novos avanços em ciências marítimas, e que deveria conhecer as principais instituições estrangeiras relacionadas com o tema⁽⁵⁶⁾. Igualmente, numa carta ao príncipe Alberto, afirmou que "seria um passo em frente se Portugal mandasse lá fora um homem inteligente para estudar o sistema educativo em vários países"⁽⁵⁷⁾. Contudo, foram raras as vezes em que estas intenções chegaram a ser concretizadas. Uma excepção a esta regra encontra-se no caso do General Fortunato José Barreiros

⁽⁵⁵⁾ Louis Marin, "The frontier of utopia", in Stephen Bann e Krishan Kumar, Eds., *Utopias and The Millenium*, cit., p. 14.

⁽⁵⁶⁾ Ruben Andresen Leitão, ed., *Diário de Viagem a França del rei D. Pedro (1855)*, cit., p. 142.

⁽⁵⁷⁾ Ruben Andresen Leitão, ed., *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*, cit., p. 91.

que foi enviado numa missão ao estrangeiro com o objectivo de estudar os progressos em matéria de armamento derivados da guerra da Crimeia. A missão, simultaneamente científica e militar, tal como foi designada na época, só foi passível de realização na sequência da viagem de D. Pedro. Já ocupando o trono, D. Pedro fornece instruções ao General que constam de um extenso e pormenorizado manuscrito⁽⁵⁸⁾. Ao mesmo tempo, o rei contacta muitos dos monarcas e principais autoridades em assuntos militares e anuncia-lhes os intentos do seu enviado fornecendo-lhe cartas de recomendação. Ao fazê-lo, prepara-lhe o acesso a espaços que são inacessíveis por excelência. Nas suas instruções ao General, D. Pedro escreve com a autoridade daquele que já conhece os lugares, o seu funcionamento e os indivíduos que os dirigem. Os contactos e as relações que ele estabelecera na sua viagem estavam a revelar-se muito úteis nesta missão. Este *Grand Tour* militar começou em Inglaterra, e levou-o em seguida à Bélgica, Prússia, Áustria, Piemonte e França. A palavra mais repetida nas instruções dadas pelo Príncipe ao general é "coleccione": informação, documentação, livros, estatísticas e visitas a locais. O objectivo era comparar as diferentes características nacionais e produzir um estudo completo que se deveria aplicar às necessidades portuguesas. Nesta missão científico-militar, os museus ocupam um papel educativo primordial. Quando escreveu acerca do que valia a pena estudar em França, D. Pedro afirma:

"O general começará visitando o Museu de Artilharia em Paris, onde existem magníficas colecções de modelos de artilharia e de instrumentos de aferição e verificação. Eu escreverei a Mr. de Sardey, conservador desse Museu, para facilitar ao general a aquisição dos instrumentos de verificação feitos pelos modelos existentes no Museu. Na minha visita a esse Museu dediquei uma atenção particular à colecção dos padrões, pela utilidade que eles têm. Todos os dias temos razões para lamentar em Portugal a falta de uma colecção desta natureza"⁽⁵⁹⁾.

⁽⁵⁸⁾ *Instruções que sua Magestade el-Rei o senhor Dom Pedro V de saudosissima memoria compoz, escreveu e deu ao General Fortunato José Barreiros para se guiar na missão científico-militar que por ordem do mesmo augusto senhor foi fazer a paizes estrangeiros nos annos de 1856 e 1857*, Ed. Antonio de Portugal de Faria, Leorne, Tipografia de Raphael Giusti, 1899.

⁽⁵⁹⁾ *Instruções que sua magestade El-Rei o senhor D. Pedro V de saudosissima memoria compoz, escreveu e deu ao General Fortunato José Barreiros...*, p. 29.

O rei considerava que o museu, ao exibir um saber totalizante, constituía a melhor iniciação ao mundo militar francês. Aqui, o museu é o local onde se adquire conhecimento acerca de objectos, e também se pode adquirir os próprios objectos. As reproduções na forma de modelos permitiam esta transgressão da ordem intocável do museu. Construir modelos a partir das colecções tornara-se uma prática corrente, considerada muito útil para fins educativos. O uso habitual das reproduções de objectos de museu visava a educação pela arte, mas neste caso ultrapassava tal função. O museu estava a ser utilizado não só para investigar o passado, mas também para um objectivo muito contemporâneo: o de adquirir conhecimentos sobre novas tecnologias militares. Para além da documentação relacionada com as colecções expostas, o general deveria trazer para Portugal as reproduções de objectos que D. Pedro lamentava não existirem em Portugal. E claro que este tipo de utilização do museu era restrito a um pequeno número de pessoas. A palavra acesso continuava a ter muitos significados, dependendo daquele a quem era concedido.

Ao viajar no espaço, ele também viajava no tempo, nos tempos onde situava ideias de progresso e modernidade. Através do movimento no espaço a sua identidade permanecia fluída: A escrita dos seus diários assegurava a eternidade da sua presença pela Europa e convertiam-no em autor. Mas através da passagem, a sua identidade enquanto príncipe e enquanto viajante toma-se mais difícil de situar. O movimento implica rápidas modificações que influenciam a sua identidade. Viajar nos "países mais civilizados da Europa" significava viajar no mundo inteiro. As muitas instituições de exibição que D. Pedro V visitou, permitiam-lhe essa experiência.